

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/255600135>

Turismo em Comunidades Rurais: inclusão social por meio de atividades não-agrícolas

Article · January 2006

CITATIONS

5

READS

1,334

1 author:



Sergio Schneider

National Council for Scientific and Technological Development, Brazil

130 PUBLICATIONS 1,068 CITATIONS

SEE PROFILE

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Red Políticas Públicas y Desarrollo Rural en América Latina, PP-AL [View project](#)



Análise Sociológica de Práticas, Processos e Políticas de Desenvolvimento Rural no Brasil [View project](#)

Turismo em Comunidades Rurais: inclusão social por meio de atividades não-agrícolas

Prof. Dr. SERGIO SCHNEIDER¹

Turismo em comunidades rurais: algumas definições

Existem, por certo, muitas definições possíveis para o que se entende por turismo rural, a começar pela discussão mais geral sobre o turismo em áreas rurais. Não se trata, obviamente, de pretender eliminar ou encobrir as divergências e controvérsias acumuladas na seara das definições conceituais e normativas. O fato é que já existe uma bibliografia considerável sobre este assunto e, neste breve, texto não se adentrará neste debate.

A partir da leitura de alguns trabalhos², muitos deles recentes, parece ser possível acatar a definição de que quando se fala em turismo rural se está referindo ao conjunto de modalidades e empreendimentos que tem lugar no espaço rural tais como o agroturismo, o ecoturismo, o turismo cultural, o turismo esportivo, o turismo ecológico, os hotéis-fazenda, etc. Portanto, é pensando nestas formas de organização econômica e produtivas que prestam serviços e/ou atividades de acolhimento, transporte, hospedagem, alimentação, lazer, recreação e entretenimento e outros que se estará referindo ao mencionar o turismo praticado em áreas rurais. Por conta desta definição abrangente de turismo rural, vale salientar a que a unidade de referência ou análise das atividades incluídas nesta definição passa a ser o próprio espaço rural, que não se restringe aos estabelecimentos agropecuários e nem aos empreendimentos comercial (hotéis, pousadas, restaurantes, etc) que oferecem serviços, hospedagem, alimentação, etc

Esta definição genérica de turismo em áreas rurais abrange tanto as atividades que tem lugar no espaço rural assim como aquelas que transcorre no interior de um estabelecimento agropecuário ou outro empreendimento turístico. É claro que os operadores de políticas e empreendedores de turismo rural demandam de maior precisão e tipificação das atividades, o que pode ser facilmente localizado nas bibliografias e estudos afetos a esta área³.

Mesmo definindo o escopo das ações e iniciativas a que se faz referência ao tratar do turismo, resta a preocupação com o adjetivo de lugar referido como rural. Afinal, como definir o que se entende por rural? Definir o rural pode ser simples se adotada a definição oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que define o rural como toda área ou espaço físico que estiver localizado fora do perímetro urbano, cuja definição é dada a partir da respectiva legislação municipal onde estiver situada. Contudo, discussões recentes entre sociólogos, economistas e geógrafos tem mostrado divergências substantivas em relação ao que seja o rural tomando como referência outras definições que não a normativa do IBGE. Vários estudiosos propõem redefinições do rural

¹ Sociólogo, Mestre e Doutor em Sociologia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e do Departamento de Sociologia da UFRGS. Pesquisador do CNPq. Endereço: Av. João Pessoa, 31, Centro - Porto Alegre, RS: 90.040-000. F: (51) 3316-4115. E-mail: schneide@ufrgs.br.

² Os trabalhos consultados são Mattei (2004), Diretrizes (s/d); Rodrigues (2000), Graziano, Vilarinho e Dale (1998), ICEPA (2002 e 2003); Almeida e Riedl (2000), entre outros, todos citados na bibliografia.

³ Para informações e esclarecimentos adicionais sobre este tema, sugere-se consultar a página sobre a Rede TRAF (Turismo rural e agricultura familiar), do MDA (www.pronaf.gov.br/turismorural) onde se encontram as Diretrizes do turismo rural no Brasil e outros documentos.

apoiadas desde critérios demográficos e ecológicos, como a densidade populacional e o grau de pressão antrópica, àquelas que preconizam a atribuição de rural a partir do sentido simbólico e cultural subjetivo baseado na identidade socialmente construída, e outros que associam o rural ao local onde transcorre o cotidiano e a vivência dos indivíduos.

Seja como for, para os requisitos deste documento, a definição do turismo em áreas rurais não se aterá nem aos critérios restritivos do IBGE e tão pouco adentrará na polêmica sobre o caráter e o conteúdo da ruralidade contemporânea. O que interessa aqui, precipuamente, é discutir as relações entre as atividades de turismo e a dinâmica das comunidades rurais, particularmente daquelas que se caracterizam pela presença majoritária de pequenos proprietários de terra (ou outra forma jurídica como posseiros, parceiros, arrendatários, etc), em geral denominados agricultores familiares, muito embora, conforme a região do país, recebam outras denominações tais como “colonos”, “moradores”, “ribeirinhos”, “pequenos produtores rurais”, “sitiantes”, etc.

Embora o termo comunidade rural seja carregado de um sentido sociológico ligado às perspectivas dicotômicas e funcionalistas (representadas, em sua primeira tradição, pelo sociólogo alemão Ferdinand Tönnies e, na segunda, pelo antropólogo norte-americano Robert Redfield), neste trabalho o termo comunidade é entendido em seu sentido mais prático e empírico, referindo-se à grupos sociais de baixa densidade e distribuídos de modo disperso no espaço, em geral formando pequenos povoados ou aglomerações humanas, política e administrativamente organizados na forma de distritos ou pequenos municípios.

Assim definido o quadro das referências a serem utilizadas, resta dizer que o propósito deste documento é discutir algumas repercussões e efeitos que os empreendimentos turísticos (nas diferentes modalidades antes referidas) podem gerar nas áreas onde se encontram populações que vivem da agricultura e de outros tipos de atividades e se organizam socialmente em pequenas localidades que se denominará comunidades rurais.

Turismo e ruralidade: a globalização, a reestruturação da agricultura e a revalorização do espaço rural através das atividades não-agrícolas

Antes mesmo de analisar e discutir as possíveis repercussões do turismo em áreas rurais, notadamente seus efeitos sobre as comunidades rurais, é preciso apresentar uma rápida e genérica contextualização dos fatores que estão impulsionando este processo de expansão desta atividade nestes espaços. Ou seja, o que está estimulando o crescimento do turismo nas áreas rurais?

Inicialmente, vale notar que o turismo pode ser compreendido como uma das novas atividades que vêm se expandindo e ampliando no espaço rural. Nos países desenvolvidos, sobretudo na França, Inglaterra e Portugal, como já realçado por Cavacco (1999), Roque (2001) e Mattei (2004), o turismo se faz presente na paisagem rural a muito tempo. Em outros países, como o Brasil, o aumento expressivo do turismo em áreas rurais nas décadas recentes parece estar relacionado às transformações mais gerais da sociedade e da economia.

De um modo geral, nas últimas três décadas assiste-se a um processo de reestruturação social e econômico que vêm afetando o espaço rural como um todo e a agricultura em particular. A expansão do turismo nas áreas rurais pode ser compreendida, de um lado, como uma resposta à reestruturação da economia sob os efeitos da globalização, sendo o aparecimento das atividades não-agrícolas uma destas dimensões.

Por outro lado, contudo, há que se lembrar das mudanças sociais relacionadas à redução das jornadas de trabalho promovidas pelos incrementos tecnológicos crescentes e o aumento do tempo livre dos indivíduos, assim como elevação da expectativa de vida das pessoas e das alterações nos padrões de consumo, que voltam-se crescentemente as amenidades e aos bens não tangíveis.

O processo de globalização, que pode ser caracterizada pela excepcional capacidade com que o capitalismo atual promove ajustes nas condições de tempo e espaço no processo global de produção de mercadorias, possui variadas facetas. Na agricultura e no mundo rural, os efeitos da globalização manifestam-se através de inéditas formas de reestruturação econômica, produtiva e institucional, que podem ser percebidos através de múltiplas dimensões. Primeiro, abrem-se os mercados, aceleram-se as trocas comerciais e intensifica-se a competitividade, agora tendo por base poderosas cadeias agroalimentares que monopolizam a produção e o comércio atacadista em escala global, restringindo a participação nestas relações de troca de imensas regiões produtoras, o que vale inclusive para alguns países e mesmo parcelas continentais. Segundo, ocorrem modificações nos processos de produção que passam a se caracterizar pela maior flexibilidade e descentralização, levando à diluição das diferenças setoriais e espaciais. Setoriais porque a agricultura, a indústria e o comércio passam a formar o *agribusiness*, visto como uma cadeia que integra partes de cada setor. Espaciais porque o rural deixa de ser o *locus* específico das atividades agrícolas revelando-se crescentemente como um espaço de residência, de lazer e de atividades não-agrícolas. Terceiro, modifica-se o papel do Estado, do poder público em geral e das instituições que atuam nos espaços rurais. As novas formas de regulação política fazem maior apelo às parcerias, à descentralização e à valorização da participação dos atores sociais. Quarto, a dimensão ambiental e as práticas de uso sustentável dos recursos naturais deixam de ser vistas como secundárias e marginais. A questão ambiental passa a ser um fator de competitividade, um elemento de estímulo à ampliação do consumo, uma vantagem comparativa e um pré-requisito para obtenção de créditos e acesso à fundos de investimento, especialmente os de fontes públicas.

No que se refere às mudanças sociais relacionadas ao emprego e aos aspectos demográficos, os efeitos sobre o meio rural podem ser percebidos tanto em termos culturais e simbólicos como econômicos. Um interessante estudo de Hervieu e Viard (1996), realizado na França, baseado em entrevistas com habitantes do rural e do urbano mostrou que enquanto o campo é associado às representações de tranquilidade, tradição, conservadorismo, solidariedade, liberdade, beleza e saúde; a cidade é associada à idéia de progresso, trabalho, medo e solidão. Talvez por isso, seja fácil entender porque a enquete mostrou que 63% dos urbanos gostariam de viver no campo, ao passo que apenas 18% dos habitantes rurais trocariam a moradia pela cidade. Por conta disso, os autores preconizaram que está em andamento um processo de *revalorização do rural* que passa tanto pelo resgate de símbolos, imagens, valores e tradições como pela busca da qualidade de vida e o contato com a paisagem e o meio ambiente. Ainda que o Brasil seja diferente da França, e que não tenhamos os dados para fazer afirmações categóricas, parece possível estipular que estas transformações sócio-culturais oferecem ingredientes muito favoráveis ao desenvolvimento do turismo em áreas rurais. A procura pelas amenidades rurais, a valorização das paisagens e do espaço, o interesse crescente na preservação ambiental e o consumo de alimentos limpos (sem agrotóxicos)⁴, vão formando um novo tipo de demanda e consumidores (Bessiére, 1998).

⁴ Poder-se-ia acrescentar também aspectos demográficos como o aumento da expectativa de vida e o crescimento do número de pessoas aposentadas que, de um modo ou outro, ainda possuem alguma ligação com o rural e o turismo é uma forma de retomar o contato. Outras referências sobre estas

Entre os vários efeitos gerados por este conjunto de transformações sociais, econômicas e culturais, para os propósitos deste texto, serão analisados em maior detalhe aqueles que afetam o emprego, a produção e as rendas. No caso do meio rural, é notório que as mudanças gerais em curso reduzem cada vez mais a quantidade de famílias que estão produzindo e trabalhando nas atividades agrícolas, embora o volume da produção agrícola produzida seja cada vez maior. Por isso, torna-se recorrente entre os agricultores, os estudiosos e os agentes que operam no meio rural a percepção de que é preciso substituir o modelo de desenvolvimento agrícola, baseado exclusivamente no crescimento da produtividade dos fatores, por algo diferente (não necessariamente um outro modelo a ser imitado) que seja baseado nos pressupostos da ética, da sustentabilidade ambiental, da equidade social e da viabilidade econômica.

Por conta disso, a valorização e o estímulo às formas de ocupação, emprego e geração de renda que promovem as atividades não-agrícolas no meio rural ganha destaque. O turismo rural, assim como as várias formas de prestação de serviços, agregação de valor aos produtos agrícolas, valorização de atributos locais e ambientais são exemplos destas novas formas de empreendedorismo rural.

Nos países desenvolvidos, este tipo de iniciativas já são estimuladas e fazem parte do portfólio de ações dos governos e das políticas públicas. Em consequência, surgem duas alterações sociológicas de mais alta relevância. Primeiro, os agricultores, suas famílias e os demais moradores do meio rural passam a ter como característica principal a *pluriatividade*, que implica que as famílias e os indivíduos passem a combinar ocupações em atividades agrícolas com outras não-agrícolas, dentro e fora da propriedade. De uma maneira geral, pode-se dizer que as famílias que residem nos espaços rurais tornam-se sociologicamente muito parecidas com as famílias urbanas, pois já não dependem exclusivamente de uma única atividade e fonte de renda (a agricultura) para se inserir na divisão do trabalho. Em consequência, sua reprodução social torna-se cada vez mais tributária da capacidade de diversificação as formas de produção e trabalho. A segunda alteração significativa ocorre em nível do espaço social em que transcorre a vida e a sociabilidade destes indivíduos. A localidade ou a comunidade onde vivem e trabalham as pessoas já não pode mais ser identificada com a atividade econômica que era predominante, no caso a agricultura. Em função do processo de diferenciação social patrocinado pela diversificação das economias locais, a atividade agrícola passa a conviver com outros setores de atividades como o comércio, os serviços e a indústria da transformação e, com isso, altera-se a tradicional concepção de que o espaço rural se resume a agricultura.

Nestes termos, o espaço rural passa a ter outras funções, que não apenas aquelas relacionadas à agricultura e à produção de alimentos, fibras e matérias-primas, que obviamente continuam a ter importância decisiva, mas não mais exclusiva. Destas mudanças emerge uma nova concepção da ruralidade, que passa a ser um espaço em que o homem e o ambiente se integram através de múltiplos usos que são de caráter produtivo, social, lúdico, ambiental, etc.

No Brasil, essa discussão é muito recente e pode-se dizer que ainda é pouco difundida e reconhecida, sobretudo nos meios políticos (organizações e instituições) da sociedade civil. Mas, no terreno acadêmico, já há estudos e debates bem encaminhados quanto as possibilidades de geração de emprego e renda a partir das atividades não-agrícolas que se expandem nos espaços rurais.

mudanças podem ser encontradas no recente livro de Marsden (2003), que caracterizou este processo de revalorização do rural pelo termo "padrão pós-produtivista".

Os trabalhos do Projeto Rurbano⁵, baseados em informações sobre os domicílios extraídos das PNADs (que é a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, do IBGE), oferecem bons indicadores sobre estas mudanças. Segundo os pesquisadores que integram este grupo de pesquisas, no período de 1981 a 1999 a população rural brasileira de mais de 10 anos de idade parou de diminuir e iniciou-se uma lenta reversão no padrão demográfico, sendo que período 1992-1999 registrou-se inclusive um pequeno aumento de 0,9%a.a.

Tabela 1. Brasil. População total, urbana e rural, com 10 anos ou mais, ocupada e não-ocupada, segundo o local de domicílio e o setor de atividade, 1981-1999 (1000 pessoas).

População		1981	1992	1999	Tx. Crescimento (% a.a.)	
					1981/92 ^a	1992/99 ^b
Total + de 10 anos		88.902,9	113.294,9	130.096,7	2,2***	2,0***
Urbana + de 10 anos		64.669,1	89.510,7	104.693,5	3,0***	2,3***
Rural + de 10 anos		24.233,8	23.784,5	25.402,2	-0,2*	0,9***
PEA rural Ocupada		13.795,7	14.689,2	14.850,5	0,6***	-0,2
PEA Rural ocupada	Agrícola	10.735,9	11.192,5	10.230,5	0,4***	-1,7***
	Não-agrícola	3.060,8	3.496,7	4.620,0	1,2***	3,7***
PEA Rural não-ocupada	Desempregados	139,4	312,0	594,6	7,6***	10,8***
	Aposentados	1.240,0	1.517,1	2.235,8	1,9***	5,7***
	Outros	9.057,8	7.266,1	7.721,3	-2,0***	1,4***

Fonte: GRAZIANO DA SILVA, J. DEL GROSSI, M. E. e CAMPANHOLA, C. (2005)

Os estudos mostraram que a explicação para o fenômeno da estabilização da PEA rural não estava relacionada à diminuição ou retração do modelo agrícola produtivista, que pudesse ter alterado a relação mais tecnologia menos mão-de-obra. Ao contrário, a população que mora no meio rural e trabalha em atividades agrícolas continuou a se reduzir, passando de 11.192 milhões em 1992 para 10.230 milhões em 1999, um redução de quase 1 milhão de pessoas. Não obstante, o comportamento das pessoas com domicílio rural ocupadas em atividades não-agrícolas registrou aumento de 3,06 milhões de pessoas em 1981 para 3,49 em 1992, chegando a 4,62 milhões de pessoas em 1999, o que representou um acréscimo de mais de 1,5 milhão de postos de trabalho no período de duas décadas.

Quando os dados sobre a ocupação são por famílias, verifica-se em que medida esta expressiva quantidade de pessoas que estão ocupadas em atividades não-agrícolas traduz-se na pluriatividade das famílias. É o que permite visualizar a Tabela 2, que mostra que do total de 5,886 milhões de famílias brasileiras que em 2003 tinham seus domicílios localizados exclusivamente nas áreas rurais não metropolitanas 22% (1,281 milhão) eram pluriativas, 53% (3,112 milhões) estavam ocupadas em atividades agrícolas e 15% (854 mil famílias) ocupavam-se em atividades exclusivamente não-agrícolas. Ou seja, o meio rural brasileiro já não é mais formado apenas por famílias que trabalham em atividades agrícolas, pois uma parcela expressiva (22%) combina as atividades agrícolas com outras não-agrícolas, configurando-se a pluriatividade, e outra menor (15%) habita no meio rural mas trabalha exclusivamente em atividades não-agrícolas.

⁵ O Projeto Rurbano é uma pesquisa de um grupo de estudiosos brasileiros, iniciadas em 1997 sob a coordenação do Professor José Graziano da Silva, da UNICAMP, sobre o tema das atividades não-agrícolas e da ruralidade brasileira. Maiores informações estão disponíveis no site www.eco.unicamp.br/pesquisas

Tabela 2. Brasil. Distribuição das famílias domiciliadas nas áreas rurais não-metropolitana⁶ segundo o tipo de atividade em que está ocupada, 2003

Tipos de Famílias	Total (em 1.000 famílias)	%
Agrícola	3.112	53
Pluriativa	1.281	22
Não-agrícola	854	15
Não-Ocupada	639	11
Total de Famílias	5.886	100

Fonte: GRAZIANO DA SILVA, J. DEL GROSSI, M. E. e CAMPANHOLA, C. (2005)

Quando se analisa a posição na ocupação destas 5,886 milhões de famílias que tinham domicílio no meio rural em 2003, verifica-se que 5% (26 mil) eram formadas por empregadores, 34% (2,030 milhões) por assalariados, 11% (639 mil) eram de não ocupados e 50% (2,955 milhões) eram famílias ocupadas por conta-própria⁷. Considerando-se que as 2,955 milhões famílias ocupadas por conta-própria constituem a parcela que forma a agricultura familiar, em 2003 existiam no Brasil 912 mil famílias de agricultores familiares pluriativas, o que representa 31% do total dos ocupados por conta-própria.

O Turismo em comunidades rurais: inclusão através de mercados socialmente construídos

Em face deste quadro mais geral de mudanças sociais e econômicas, a questão a saber é que possibilidades ou vantagens pode trazer o turismo rural para as comunidades rurais formadas por pequenos agricultores ou outro tipo de moradores identificados como produtores tradicionais tais como os remanescentes de quilombolas, descendentes de indígenas, coletores de produtos das florestas (quebradeiras de coco, seringueiros, etc), pescadores, ribeirinhos, etc. Mais do que isto, deve-se indagar quais os possíveis impactos ou efeitos sobre os modos de vida destas populações que podem ser alterados abruptamente pela intensificação de empreendimentos turísticos.

Para tratar destas questões de grande envergadura é preciso esboçar alguns entendimentos de natureza sociológica e antropológica que devem informar e iluminar o tratamento econômico que requer seu estímulo. Ou seja, é preciso ir além dos juízos valorativos que seguem inspirações puramente utilitaristas para se analisar em que medida uma atividade econômica como o turismo em áreas rurais pode ser boa ou ruim para certos tipos de populações.

Objetivamente, a resposta à indagação acerca dos potenciais efeitos e impactos do turismo assim como das suas vantagens e possibilidades em relação às comunidades rurais e as populações ali residentes podem ser tanto positivos como negativos. Do ponto de vista sociológico e antropológico, trata-se de processos de mudança, com repercussões nas esferas social, cultural e econômica, que de um modo ou outro afetam a vida das pessoas e transformam a sua condição. Compreender o curso destes

⁶ São áreas que não atendem a nenhum critério de aglomeração, existência de serviços ou densidade populacional, caracterizando-se assim como as áreas rurais propriamente ditas. Para maiores informações ver IBGE. Recenseamento Geral do Brasil - Manual de Atualização Cartográfica. Rio de Janeiro, Diretoria de Geociências. 20p., 1988.

⁷ Família Conta-própria é aquela que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda dos membros da família na forma de trabalho não remunerado.

processos, sua natureza e seus impactos é, por certo, um objeto de interesse das ciências sociais que, se não deve ser escamoteado e encoberto, precisa ser adequadamente tratado neste âmbito.

Agora, do ponto de vista da intervenção social, notadamente das políticas públicas e das ações que visam estimular e desenvolver o turismo em áreas rurais focalizando as pequenas comunidades, a questão a saber não é se haverá mudanças e impactos sobre o modo de vida das populações envolvidas, o que por certo ocorrerá. A questão pertinente a saber é como dever-se-ia agir e/ou intervir para que os resultados das transformações inexoráveis tragam resultados que sejam desejados e compartilhados pela coletividade (inclusive as minorias mais fragilizadas). Trata-se, na verdade, de alterar o vetor das relações do sentido vertical para o horizontal, que busca valorizar a sincronia entre o saber-fazer de quem oferece e de quem demanda.

Portanto, o primeiro aspecto a ser levado em consideração quando se pretende desenvolver o turismo em áreas rurais é ter consciência que se está propondo uma intervenção sobre relações sociais e produtivas previamente existentes que precisam ser respeitadas em sua essência, compreendidas em sua especificidade e atendidas em suas preocupações e demandas. Este é o caso, por exemplo, quando se sugere que famílias de agricultores abram sua residência e propriedade para receber visitantes (estadias, pousadas, etc), quando se propugna o acesso à recursos naturais situados no interior da propriedade ou que a atravessem (turismo ecológico, trilhas, etc), quando se estimula que as manifestações culturais, étnicas e religiosas recebam a participação de estranhos (festas de Igreja, etc), entre outras. Nesta esfera, os mediadores (funcionários públicos, extensionistas, consultores, etc) são os que jogam um papel central, pois deles se espera uma postura menos etnocêntrica, mais democrática e participativa e, sobretudo, mais humilde.

Um segundo elemento a ser considerado nas ações que pretendem estimular o turismo em comunidades rurais refere-se ao tema dos mercados e da mercantilização. Muito se propugna que o turismo rural deve ser encarado e difundido como uma atividade empresarial, concebendo-se o agricultor ou produtor como um agente racional que toma decisões objetivas guiadas por um espírito maximizador de oportunidades. Em se tratando de atividades de turismo empreendidas por famílias ou pequenos grupos situados em comunidades rurais esta concepção geralmente não passa de uma panacéia. E as razões são muito simples: os pequenos empreendimentos não operam em mercados plenamente desenvolvidos onde os preços são arbitrados pela concorrência perfeita, as informações são assimétricas, erráticas e freqüentemente submetidas à coerção e a relações personalizadas. Ora, quem conhece uma pequena comunidade rural reconhece facilmente que nestas localidades as relações sociais e econômicas estão inscritas e são fortemente mediadas pelo parentesco, reciprocidade, amizade e proximidade. Ou seja, o contexto e as diversas formas de coerção social impedem que hajam relações mercantis de tipo concorrencial entre ofertantes e demandantes que não passem por estas mediações, altamente subjetivadas e personalizadas.

Mas isso não significa que nestes contextos não possam haver, como de fato existem, relações de troca entre indivíduos, empresas, organizações e instituições. Ou seja, os mercados existem mas, com uma diferença fundamental, pois neste caso se está na presença de sociedades onde *a economia não existe como uma esfera institucional autônoma da vida social*, tal como definiu Karl Polanyi (1980). Ou seja, nestes contextos sociais as relações de troca decorrem e são realizadas a partir de um conjunto de relações interpessoais⁸. A mercantilização transcorre nesta esfera e a partir dela os

⁸ Arnaldo Bagnasco e Carlo Triglia (1988) coincidem com esta perspectiva e informam que nestas situações os mercados são socialmente construídos.

mercados são socialmente construídos, o que significa que as relações de troca não levam em conta apenas grandezas de ordem quantitativa (preço, quantidade, valor, etc) mas sobretudo qualitativa (quem vende/compra, confiança, amizade, etc). Ou seja, nas comunidades rurais é preciso perceber que outros valores e regras entram em linha de conta quando se quer determinar e conhecer os mecanismos através dos quais se viabilizam as relações econômicas e comerciais. Conhecê-los e atribuir-lhes sentido é um passo fundamental para ativar as redes que estão por detrás desta complexa organização social que é o mercado e, por seu intermédio, patrocinar formas de inclusão daquelas famílias e produtores que, em geral, são percebidos como pouco profissionais ou destituídos de espírito empreendedor. Por isso, iniciativas que envolverem estímulo à empreendimentos de turismo em comunidades rurais deveriam considerar estes apontamentos sobre a natureza social que envolve a construção dos mercados e como se posicionam os indivíduos nas relações de troca em face de suas raízes sócio-culturais.

O terceiro aspecto a considerar é que o turismo rural, apesar de suas potencialidades geradoras de emprego, ocupação e renda, não deixa de ser uma atividade seletiva e, portanto, não pode ser encarado como *a salvação da lavoura*. Aqui cabe um comentário sobre três tipos de questões que freqüentemente são relegadas a plano secundário nas discussões sobre o turismo em áreas rurais. Primeiro, é preciso esclarecer que a referência à expressão *turismo em comunidades rurais* não significa que este tipo de empreendimento promova a inclusão de todas as famílias e unidades produtivas de uma comunidade determinada. Os empreendimentos turísticos são inequivocamente seletivos, requerem consideráveis investimentos e, no caso de envolverem unidades de pequena escala, fatalmente precisam ser pensados na perspectiva das cadeias de produção (também chamadas de rotas, caminhos, vias, etc) que envolvem vários tipos de atrativos. Segundo, o turismo rural também é uma atividade sujeita à sazonalidade, porque a procura pelos pontos depende de vários fatores e não se distribui de forma homogênea ao longo do ano. Terceiro, o turismo rural pode trazer efeitos inesperados como o aumento da jornada de trabalho, sobretudo das mulheres, e a redução da privacidade da família, o que nem sempre é desejável.

O quarto aspecto, em parte decorrente do anterior, refere-se ao fato de que as atividades de turismo nos espaços rurais continuam a ser fortemente marcadas pelo seu caráter complementar. Neste sentido, o turismo rural deve ser compreendido em dois sentidos: de um lado, como uma nova forma de emprego e ocupação e ampliação de rendas das famílias e, de outro, como um meio de diversificação da economia local. Aqui vale retomar uma idéia central de Ellis (2000), que mostra em seu estudo que os processos de diversificação dos portofólio de ocupações e fontes de renda tem um papel estratégico na redução da vulnerabilidade das comunidades rurais. Quanto mais diversificadas forem as fontes de ingressos de uma unidade produtiva, maiores são as chances de obter proteção contra potenciais riscos (perda de safra por estiagem, p.ex.) e choques (queda abrupta de preços, etc). Talvez isso também se aplique ao turismo em áreas rurais, não sendo recomendável sugerir a especialização como estratégias para seu desenvolvimento, deixando de lado outras atividades e fontes de renda que podem ser fundamentais em épocas de baixa procura ou de crises, por exemplo.

É importante que as unidades produtivas, quer sejam de agricultores familiares, pescadores, populações tradicionais ou outros, não façam uma simples troca das atividades agrícolas, que até praticavam, por outras exclusivamente não-agrícolas, tal como os serviços, a recepção e acompanhamento de turistas, o transporte, etc. É mais razoável pensar o turismo rural na perspectiva da pluriatividade das famílias e dos indivíduos, permitindo que mantenham múltiplas inserções ocupacionais e variadas fontes de rendimentos. Em termos da economia local o turismo rural pode contribuir para reafirmar o alargamento e a separação entre a agricultura (que é um setor econômico) e o

espaço rural. Isto implica em pensar na coexistência de várias atividades econômicas em um mesmo território e no desenvolvimento de economias de escopo como resultado da diversificação (os economistas chamam externalidades) do mercado de trabalho e de produtos que se gera localmente.

Um quinto e último aspecto que parece ser importante para se pensar o turismo rural em pequenas comunidades na perspectiva da inclusão social é levar em conta a promoção da participação social e o incremento dos processos de envolvimento e responsabilização (*embeddedness*, na acepção de Marc Granovetter, 1985) das populações rurais. E aqui é necessário pensar para além da categoria social dos agricultores, pois já não são mais eles os únicos atores sociais do meio rural. É preciso envolver todos os atores interessados nas atividades ligadas ao turismo rural e, sobretudo, criar mecanismos de responsabilização social e de institucionalização. Não raro, conhece-se iniciativas que se tornaram dependentes e tributárias do poder público ou de seus inspiradores, reproduzindo velhos padrões de clientelismo e dominação. Estimular a criação de associações e entidades autônomas que integram os diferentes atores envolvidos e que tenham uma abrangência territorial suficientemente ampla para dar conta da diversidade de iniciativas que se apresentam nas comunidades rurais pode ser de fundamental importância.

Desafios para o turismo em áreas rurais: quais políticas?

Das considerações até apresentadas depreendem-se um conjunto de desafios que levam à indagação sobre a natureza e as atribuições do poder público e das organizações da sociedade civil no estímulo ao turismo em áreas rurais na perspectiva da promoção da inclusão social⁹.

O primeiro desafio está em incrementar os conhecimentos e o diagnóstico acerca da abrangência e dos impactos do turismo em comunidades rurais. A consulta aos materiais disponíveis em forma de bibliografia acadêmica (teses, artigos, livros, etc), relatórios técnicos (estudos e diagnósticos encomendados pelos órgãos de governo estaduais ou federais à consultores independentes) e informações oficiais (sites de governo e informações de locais para visita) são ainda insuficientes para um visão geral e aprofundada a respeito do assunto no Brasil.

O segundo desafio diz respeito à um conjunto de ações que permitam ampliar e estimular a inserção dos agricultores e demais populações rurais nos mercados, que seja os formalmente existentes ou aqueles que precisam ser criados. São quatro tipos de ações, basicamente: primeiro, estimular a transformação e agregação de valor à produção primária, pois muitos produtores continuam a produzir a matéria-prima mas não lhe agregam nenhum tipo de valor. Segundo, estimular a melhoria na produção de serviços, técnicas e atividades intermediárias que são importantes tanto para a recepção dos turistas quanto no aperfeiçoamento do manejo e conservação dos recursos. Terceiro, promover a melhoria na qualidade dos produtos, o que envolve tanto a diversificação do portfólio de opções e, especialmente, incrementos e melhorias com a sanidade. Quarto, construção de mecanismos que possibilitem aos excluídos dos mercados, em geral as populações mais pobres, com débeis relações de sociabilidade e, não raro, até mesmo apartados destas desenvolver formas de intercâmbio e trocas. Como exemplo, pode-se citar o caso das comunidades de remanescentes de quilombolas ou de outras populações tradicionais, que ainda vivem basicamente da exploração dos recursos naturais para garantir a sua subsistência. A estes grupos sociais é preciso facultar o acesso à mercados

⁹ Alguns destes desafios estão contemplados no documento "Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil", da Secretaria de Políticas de Turismo do Ministério do Turismo.

institucionais, que podem ser as prefeituras locais ou outras esferas de governo, ou até mesmo espaços alternativos tais como os chamados mercados étnicos ou justos, em que consumidores organizados buscam contatos com produtores, no caso ONGs, organizações civis estrangeiras, etc.

Um terceiro desafio, que apresenta-se como condição *sine qua non*, refere-se à capacitação das populações rurais para o exercício das atividades não-agrícolas, notadamente a prestação de serviços em empreendimentos de turismo rural. A capacitação tem um papel decisivo tanto para os agricultores e populações rurais que passam a lidar com estas novas atividades como para os mediadores e os agentes de desenvolvimento rural, como os técnicos e extensionistas, dos quais se espera uma postura menos etnocêntrica e participacionista, tal como já ressaltado. Formados e preparados para operar na assistência técnica e otimizar a produtividade dos fatores de produção agrícola, boa parte destes agentes sequer está convencida da importância das atividades não-agrícolas nos processos de desenvolvimento rural. Mas não é só o viés *agrícola* dos recursos humanos disponíveis para execução das políticas governamentais que restringe as potencialidades do turismo e das atividades não-agrícolas no meio rural. Na verdade, a própria concepção dos programas, em geral informada por perspectivas que não compreendem ou não levam em consideração a especificidade e as particularidades das unidades familiares, precisa ser alterada. Como exemplos, poder-se-ia citar os programas de capacitação de entidades como o SENAR, o SEBRAE e mesmo o currículo de muitas escolas de ensino médio técnico-profissional (por exemplo os CEFETs). Malgrado sua importância como instituições de formação profissional, que deve ser reconhecida, basta uma análise superficial sobre seus currículos para se perceber a ausência de conteúdos que permitem aos alunos compreender as particularidades sócio-antropológicas que regulam a economia e a sociabilidade das comunidades rurais.

O quarto repto refere-se à expansão da infraestrutura das comunidades rurais, começando pela melhoria de estradas e caminhos de acesso, disponibilização de fontes água potável, meios de comunicação como telefonia, etc. Em muitas localidades rurais onde existem recursos naturais que oferecem atrativos, a precariedade da infraestrutura é fator limitante para sua maior inserção nos circuitos comerciais e de serviços, como os ligados ao turismo ambiental e outros. Na realidade, este tipo de demanda não vem a favorecer ou apoiar prioritariamente as atividades não-agrícolas e o turismo rural, mas a própria agricultura e as atividades que lhe são conexas. Portanto, as justificativas aqui são múltiplas e dispensam maiores argumentos.

Um quinto desafio, que ainda é pouco evidente no Brasil, mas motivo de muitas discussões em países em que o turismo rural se desenvolveu de forma consistente no espaço rural, refere-se à gestão de conflitos e às formas de regulação institucionais e políticas que emergem dos usos múltiplos do espaço rural. Nas áreas rurais destinadas à exploração de atividades turísticas é comum haver a co-presença de vários atores como agricultores, ambientalistas, moradores de fim de semana, empreendedores de turismo rural, etc. Um mesmo espaço físico, mas interesses e direitos variados e difusos, eis o quadro. Como consequência, surgem os conflitos e as divergências sobre o uso e a finalidade do espaço. Este é o caso, por exemplo, dos conflitos que surgem entre as autoridades legais (IBAMA, órgãos de fiscalização ambientais estaduais, polícia ambiental, etc) e as comunidades rurais situadas nas imediação de parques, áreas de preservação permanente, reservas legais da biosfera, áreas indígenas, e outras. De um lado, os profissionais encarregados do cumprimento da ordem legal e, de outro, os usuários do espaço que ali se encontram e vivem de sua exploração. Não são poucos os conflitos e disputas, muitos dos quais resvalam para as esferas políticas locais, como prefeituras, sindicatos e outros; cuja capacidade de resolução é sempre limitada dada à ausência de competência legal. Para este tipo de situação é que se coloca o desafio da

constituição de mecanismos de regulação que permitam controlar estes conflitos. Estas formas de regulação constituem em ordenamentos legais que esclarecem e atribuem competências aos respectivos níveis de governo. Do contrário, a legislação sanitária, ambiental e previdenciária em vigor no Brasil poderá se tornar não apenas um entrave ao desenvolvimento de novos empreendimentos e iniciativas nos espaços rurais como um fator de estímulo aos conflitos, o contradiz sua própria razão.

Bibliografia consultada

- ALMEIDA, J. A. e RIEDL. M. (Orgs.). Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru, São Paulo, Ed. EDUSC, 2000.
- ALMEIDA, J. A. FROEHLICH, J. M. RIEDL. (Orgs.). Turismo rural e desenvolvimento sustentável. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1998.
- BAGNASCO, A., TRIGLIA, C. La Construction Sociale du Marche : Le défi de la Troisième Italie. Paris, Juillet/Éditions de L'ENS-Cachan, 1993.
- BESSIÈRE, J. Local development and heritage: traditional food and cuisine as tourist attractions in rural areas. Sociologia Ruralis, V. 38, nº 1, p.20-34, 1998.
- CAVACCO, C. O turismo rural nas políticas de desenvolvimento do turismo em Portugal. In: CAVACCO, C. (Coord.) Desenvolvimento Rural: desafio e utopia. Universidade de Lisboa, p. 281-292, 1999
- ELLIS, F. Rural livelihoods and diversity in developing countries. Oxford, Oxford University Press, 2000.
- EMBRATUR. Turismo Rural. Manual operacional. Brasília: (s.n), 1994.
- FROEHLICH, J.M. Turismo rural e agricultura familiar: explorando (criticamente) o cruzamento de abordagens e estratégias para o 'desenvolvimento'. In: ALMEIDA, J. A. e RIEDL. M. (Orgs.). Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru, São Paulo, Ed. EDUSC, 2000.
- GOMES DA SILVA, A., BRACERAS, L.L.R. e ANDRADE, L.M. Turismo rural e pluriatividade no Rio Grande do Norte. . In: CAMPANHOLA, C. e SILVA, J. G. (Eds.). O Novo rural brasileiro: novas atividades rurais. Vol. 6. Brasília, DF, Embrapa Informação Tecnológica, p. 146-182, 2004.
- GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Structure: the problem of embeddedness. American Journal of Sociology, 91:481-510, 1985.
- GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia, (Coleção Pesquisas, 1), 1999.
- GRAZIANO DA SILVA, J., DEL GROSSI, M. E. e CAMPANHOLA, C O Novo rural brasileiro: uma atualização. Ribeirão Preto, São Paulo, Congresso da Sociedade Brasileira de Economias e Sociologia Rural, 2005.
- GRAZIANO DA SILVA, J.; VILARINHO, C. e DALE, P.J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J. A. FROEHLICH, J. M. RIEDL. (Orgs.). Turismo rural e desenvolvimento sustentável. São Paulo: UFSM, 1998.
- HERVIEU, B. e VIARD, J. Au bonheur des campagnes (et des provinces). Paris, Éditions de L'Aube, 1996.
- INSTITUTO CEPA/SC. Estudo do potencial do agroturismo em Santa Catarina. Florianópolis (SC): ICEPA/PRONAF, 2002.
- INSTITUTO CEPA/SC. Levantamento dos Empreendimentos de Turismo Rural de Santa Catarina. Florianópolis (SC): ICEPA/PRONAF, 2003.
- MARSDEN, T. The condition of rural sustainability. Assen, The Netherlands, Van Gorcun, 2003.

- MATTEI, L. Turismo Rural e Ocupações Não-Agrícolas: o caso de Santa Catarina. In: CAMPANHOLA, C. e SILVA, J. G. (Eds.). O Novo rural brasileiro: novas atividades rurais. Vol. 6. Brasília, DF, Embrapa Informação Tecnológica, p. 183-218, 2004.
- MATTEI, L. Turismo rural: perspectivas para o Estado de Santa Catarina. In: XXXVIII Congresso da SOBER, Rio de Janeiro, 2000.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil”, da Secretaria de Políticas de Turismo, Ministério do Turismo, s/d. 22 páginas (obtido no site www.pronaf.gov.br/turismorural).
- PLOEG, J. D. van der The reconstitution of locality: technology and labour in modern agriculture. In: Marsden, T. P. e S. Whatmore (org.), Labour and locality: uneven development and the rural labour process. London: David Fulton, 1992.
- PLOEG, J.D. van der.; VAN DIJK, G. (eds.) Beyond modernization: the impact of endogenous rural development. Netherlands, Assen, Van Gorcum, 1995.
- POLANYI K; ARENSBERG, C.M. y PEARSON,H.W.(dir) Comercio y mercado en los imperios antiguos. Barcelona, Labor Universitaria, 1976.
- POLANYI, K. A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro. Ed. Campus, 1980.
- RODRIGUES, A. B. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: ALMEIDA, J. A., RIEDL, Mário (Orgs.). Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento. São Paulo: EDUSC, 2000.
- ROQUE, A.M. Turismo no espaço rural: Um estudo multicaso nas regiões sul e sudoeste de Minas Gerais - MG. 2001. Dissertação (Mestrado em Administração Rural). Universidade Federal de Lavras, Lavras (MG).
- RUSCHMANN, Van der M. O turismo rural e desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. A. FROEHLICH, J. M. RIEDL. (Orgs.). Turismo rural e desenvolvimento sustentável. São Paulo: 1998. p. 49-56.
- SABOURIN, E. Organização dos agricultores e produção de valores humanos. In: XII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA – SBS, BELO HORIZONTE, 2005.
- SCHNEIDER, S. A Pluriatividade na Agricultura Familiar. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.
- SCHNEIDER, S. e FIALHO, M.A.V. Atividades não-agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, J. A. e RIEDL. M. (Orgs.). Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru, São Paulo, Ed. EDUSC, 2000.
- TULIK, O. Do conceito às estratégias para o desenvolvimento do turismo rural. In: Rodrigues, A.B. (Ed). Turismo e Desenvolvimento Local. São Paulo: Hucitec, 1997.
- VENTURA, F.; MILONE,P. ; SABELLI, D.; AUTIELLO, L. Agritourism in Umbria: building linkages and synergies in local economies. In: PLOEG, J.D. van der; LONG, A.; BANKS, J. (Eds.) Living in countrysides. Rural development processes in Europe: the state os the art. Doentinchem, Netherlands, 2002.
- ZIMMERMANN, A. Turismo Rural: um modelo brasileiro. Florianópolis, Ed. do autor, 1996.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.